



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

### **Ata da 1ª Reunião Ordinária**

**Dia 04 de junho de 2007**

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, na sede do Ministério da Justiça, Sala dos Retratos, reuniu-se para sua 1ª Reunião Ordinária a **Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI**, sob a presidência de Márcio Augusto de Freitas Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio, contando com a presença dos **membros indígenas** Francisca Novantino Pareci, de Mato Grosso; Manoel Gomes da Silva - Kaxinawá, do Acre; José Aarão Guajajara, do Maranhão; Heliton Gavião, de Rondônia; Kohalue Karajá, de Tocantins; Pierlângela Nascimento Cunha Wapichana, de Roraima; Ak'Jabor Kayapó, do Pará; Sandro Emanuel dos Santos Tuxá, da Bahia; Francisca Bezerra Xambiowá, de Pernambuco; Marcos Luidson de Araújo Xucuru, de Pernambuco; Lindomar Santos Rodrigues Xocó, representando Alagoas e Sergipe; Luiz Vieira Titiah Pataxó-Hã-Hãe, da Bahia; Antonio Pessoa Gomes Potiguara, da Paraíba; Wilson Matos Terena, de Mato Grosso do Sul; Brasília Priprá, do Rio Grande do Sul; Danilo de Oliveira Luiz Terena - Rio Grande do Sul e Deoclides de Paula; dos **representantes de governo** Celso Lourenço Moreira Correa, da Casa Civil da Presidência da República; Quenes Gonzaga, da Secretaria Geral da Presidência da República; Coronel José Caixeta Ribeiro e Heloísa Solino Evelin, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Cláudio Scliar, do Ministério de Minas e Energia; Frederico José da Silveira Monteiro e Wanderley Guenka, do Ministério da Saúde/Funasa; Kleber Gesteira Matos, do Ministério da Educação; Lylia da Silva Guedes Galetti, do Ministério do Meio Ambiente; Coronel Marcondes José Tenório da Silva e CF Luiz Felipe Bezerra Schmidt, do Ministério da Defesa; Frederico Augusto Barbosa da Silva, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Márcio



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

Augusto Freitas de Meira, da Fundação Nacional do Índio; Sérgio Torres Santos, do Ministério da Justiça; e dos representantes da **sociedade civil** Saulo Ferreira Feitosa, do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, e Gilberto Azanha, do Centro de Trabalho Indigenista – CTI. Os representantes titular e suplente do Ministério do Desenvolvimento Social não compareceram, tendo no entanto enviado um observador para acompanhar a reunião, enquanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário também não enviou representantes.

Iniciando os trabalho, o Presidente da Comissão dirigiu-se aos presentes afirmando se tratar de momento histórico a realização da primeira Reunião Ordinária da Comissão, oportunidade em que saudava a todos os representantes indígenas, de organizações não governamentais, de governo, bem como o Ministério Público, representado por Débora Duprah, sugerindo em seguida que, antes de discutirem a pauta, a qual inclui a discussão item por item do Regimento Interno, sobre as câmaras temáticas a serem formadas e encaminhamentos, que pudessem fazer apresentação geral, ao que informou sobre a ausência dos representantes do MDS, em razão de problemas de saúde, assim como sobre a necessidade da representante do Ministério Público de se ausentar antes do final da reunião, tendo em vista agenda conflitante. Assim, passou inicialmente a palavra para Débora Duprah, que saudou o dia da 1ª Reunião Ordinária da CNPI como sendo um dia muito esperado, tendo em vista toda a expectativa gerada em torno da criação da Comissão, expressando ainda seu desejo de que a mesma alcance seus objetivos e destacando que, de acordo com o decreto que cria a CNPI, o Ministério Público é ouvinte sem direito a voz. Finalizando, informou que teria de se ausentar a fim de participar de julgamento relativo ao povo Potiguará e à Terra Indígena Raposa Serra do Sol, desejando bons trabalhos a todos.



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

Dando continuidade à reunião, o Presidente propôs que se passasse à leitura do Regimento Interno, adotando-se como metodologia a leitura de cada item, no decorrer da qual seriam apresentados destaques referentes a sugestões de alteração da minuta de Regimento, passando-se depois a nova leitura com vistas à aprovação da redação final do documento. Tendo a proposta sido aprovada pelos presentes, o restante da manhã foi dedicada à discussão e apresentação de propostas para aperfeiçoar o texto do Regimento Interno, sendo a reunião interrompida após as 13 horas para o almoço e retornando às 16:00, a pedido dos indígenas que gostariam de participar de reunião realizada na 6ª Câmara do Ministério Público. No retorno do almoço, teve prosseguimento a discussão sobre o Regimento Interno, e uma vez finalizada a sua revisão em plenária se decidiu encaminhá-lo ao departamento jurídico do Ministério da Justiça para revisão quanto às alterações feitas naquele dia, o qual seria lido novamente no dia 05 com vistas à sua aprovação.

Prosseguindo, foi levantada questão por parte do representante indígena Sandro Tuxá se na reunião do dia seguinte já poderiam contar com a presença dos assessores previstos no texto do Regimento Interno, ao que o Presidente da CNPI afirmou que sim. A seguir Pierlângela Wapichana apresentou questionamento com relação à participação dos suplentes, ao que teve início discussão acerca do papel de convidados e assessores, com os representantes indígenas, a exemplo de Sandro Tuxá, defendendo a posição de que, caso se permitisse a participação dos suplentes nas reuniões, os representantes de governo estariam em vantagem, uma vez que os suplentes em princípio já se encontram em Brasília, enquanto os suplentes indígenas não teriam suas despesas pagas para participar, ficando os indígenas portanto em menor número, prosseguindo a discussão com a apresentação de diferentes pontos de vista, como o da representante do MMA Lylia Galetti, que defendeu a idéia de que o papel dos suplentes seria o de acompanhar as



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

discussões, sendo necessário "descaracterizar essa desconfiança quanto às intenções de se ter mais ou menos representantes de governo participando" e que a participação de qualidade seria positiva para todos os membros da Comissão. Também Edgard Magalhães, suplente do representante da Funasa/Ministério da Saúde, defendeu a proposta de ser facultada a participação dos suplentes, sem voz e voto, uma por ser membro da Comissão, afirmando que "ao se formular políticas públicas é fundamental ter esse acompanhamento", e dando como exemplo o seu próprio caso, em que está substituindo seu titular ao invés de apenas pegar informações por parte de terceiros, o que garantiria o devido acompanhamento das discussões e dos trabalhos. Edgard afirmou ainda que os representantes indígenas já são o dobro dos não indígenas justamente para equilibrar, evitar desproporção na representação. Por outro lado, o indígena Marcos Xucuru afirmou que se pode pensar sim que os índios ficarão em desvantagem caso se permita a participação dos suplentes nas reuniões da Comissão, tendo em vista que os representantes indígenas não têm os custos da sua vinda a Brasília cobertos, além do que o fato de se ter uma quantidade excessiva de pessoas presentes poderia atrapalhar os trabalhos; outros membros indígenas defenderam a posição de que os suplentes indígenas deveriam ter os gastos de sua participação cobertos como têm os titulares, até porque é difícil suplentes e titulares se articularem, uma vez que em geral são de regiões diferentes, sugerindo-se que para superar esse problema sejam dadas condições logísticas para fazerem reuniões locais em suas aldeias e assim explicarem sobre tudo o que foi discutido nas reuniões da CNPI. Uma outra questão foi levantada pela indígena Pierlângela Wapichana, no sentido de que o problema não é só a presença dos suplentes em Brasília ou não, mas que em questão de representatividade 20 indígenas não representam o Brasil inteiro, sendo muito difícil conseguirem representar os interesses de todo o país, até porque há regiões em que nem o Estado chegou ainda. Prosseguindo afirmou que a questão da representatividade é um dos



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

temas que deverão ser tratados pela CNPI; que não apenas os membros do governo têm agenda cheia, mas também os representantes do movimento indígena; que o tema em pauta é a questão da presença, inclusive nas subcomissões, pois se o titular e o suplente forem membros de alguma sub-comissão aos dois deverão ser garantidas as condições para virem a Brasília, e que portanto o que se está discutindo é o mérito da participação nas discussões, sendo a sua opinião que a presença de muitas pessoas não seria interessante para os trabalhos.

Como encaminhamento para o tema em discussão, o Presidente sugeriu que fosse preservada a discussão acumulada no dia, no sentido de se ter 6 assessores para cada governo e seis para os índios e sociedade civil, aproveitando-se os suplentes para atuarem como assessores, a fim de garantir continuidade lembrando que é ruim para todos que não haja um acompanhamento da questão. Sua proposta é que os assessores sejam escolhidos entre os suplentes, o que considera como a forma mais coerente para a condução dos trabalhos, garantindo a participação dos suplentes, inclusive como membros das subcomissões. Aprovada a proposta, consideraram-se como encerrados os trabalhos do dia 04 de junho, a serem retomados no dia seguinte, às 9:30 da manhã.



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

**Ata da 1ª Reunião Ordinária**

**Dia 05 de junho de 2007**

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, às 10:30 da manhã, foi retomada a 1ª Reunião Ordinária da **Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI**, tendo como pauta principal a **criação das câmaras temáticas**, a seguir designadas Sub-Comissões. Nesse sentido, o Presidente da Comissão deu início aos trabalhos, franqueando a palavra para serem apresentadas sugestões específicas ou gerais sobre o assunto, priorizando a participação indígena. O primeiro a se manifestar sobre o assunto foi o indígena Sandro Emanuel dos Santos Tuxá, que falou em nome dos demais indígenas, informando que haviam se reunido em momento anterior a fim de debater quais os **temas a serem abordados pelas subcomissões**, tendo chegado à proposta de 6 diferentes temas, definidos com base no documento produzido pelo Acampamento Terra Livre, quais sejam: 1) Violência contra os povos indígenas/criminalização de lideranças e violação dos direitos dos povos indígenas; 2) Terras indígenas: demarcação, proteção, gestão e sustentabilidade; 3) Saúde indígena; 4) Educação escolar indígena; 5) Novas legislações indígenas (projetos que tramitam no Congresso...); 6) Participação e controle social indígena. Foi sugerido ainda por Marcos Xucuru que deveria também ser instituída subcomissão para tratar sobre o anteprojeto de lei sobre a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista.

Tendo sido exposta a opinião dos representantes indígenas, a seguir o presidente franqueou a palavra para os demais membros, ao que o representante do Ministério de Minas e Energia, Claudio Scliar, afirmou concordar com a proposta apresentada pelos indígenas, comentando ainda, quanto ao item 5 - Novas legislações, que



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

seria importante discutir um item previsto na Constituição Federal, no Artigo 231, sobre o aproveitamento de recursos minerais, uma vez que há discussão em andamento a respeito de projeto de lei sobre o assunto. Sendo assim, prosseguiu ele, a questão está posta, está em discussão, até porque a não regulamentação faz com que parte do território do país possa ser considerado como sendo "terra sem lei", porque muito embora a Constituição Federal diga que pode ser praticada mineração, não há lei sobre isso, e há pessoas explorando, não havendo regulamentação nem mesmo para a exploração de um recurso como a água mineral. Assim, sugere a criação de uma subcomissão para discutir a mineração em terras indígenas, podendo-se discutir um projeto de lei, afirmando a importância de que a CNPI acompanhe essa discussão já em andamento.

Foi sugerido, a seguir, pelo indígena Danilo de Oliveira Terena a criação de uma subcomissão de meio ambiente, assunto dos mais importantes nos dias de hoje, até porque os povos indígenas têm dificuldades em lidar com o tema, afirmou ele. Continuando a discussão, Lylia Galetti afirmou que, em sua opinião, os temas relacionados ao meio ambiente já estão contemplados na proposta dos representantes indígenas, devendo-se dar ênfase aos temas fiscalização, sobreposição de áreas de proteção em terras indígenas, proteção ao conhecimentos tradicionais, devendo-se talvez criar uma câmara sobre etnodesenvolvimento, destinada a definir as diretrizes dos programas com ação de fomento, desenvolvimento sustentável, uma outra câmara para tratar de articulação de políticas públicas, que poderia ser incluída na subcomissão de controle social ou outra, e se dedicaria a acompanhar o orçamento/PPA e articular inúmeras ações às vezes semelhantes desenvolvidas em órgãos diferentes. Retomando a palavra, Cláudio Scliar (Ministério de Minas e Energia), opinou no sentido de que não seria necessário criar uma subcomissão especificamente para tratar do tema mineração, que poderia ser discutido dentro de uma



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

outra a que esteja relacionada, talvez etnodesenvolvimento, ou seja, mineração em seu aspecto mais geral, não sendo o caso de criar uma subcomissão específica.

Prosseguindo, Francisca Novantino Pareci sugeriu que a CNPI deve ter espaço para tratar sobre a situação das mulheres indígenas, questão que considera muito importante, seja criando uma subcomissão específica ou inserindo o tema em outra. Pierlângela Wapichana complementou a proposta no sentido de se incluir a discussão acerca da situação dos adolescentes e crianças indígenas, a ser tratada junto com o tema mulheres indígenas. Representante do GSI reforçou a preocupação com a questão de gênero, proposta em diversas instâncias do governo; outra questão considerada portante foi o acompanhamento do Plano Plurianual - PPA, uma vez que as demandas dos povos indígenas perpassam vários ministérios, lembrando-se a necessidade de observar o que foi discutido na Conferência Nacional dos Povos Indígenas quanto à inserção indígena no mercado de trabalho moderno e sugerindo-se a inserção das duas questões em alguma subcomissão.

Dando continuidade, Brasília Priprá reforçou a preocupação com a situação das mulheres indígenas e sugeriu se inserir a discussão sobre o ICMs ecológico, tratando do caso de regiões as quais, mesmo tendo áreas reduzidas, dispõem de rica biodiversidade. Sandro Tuxá reiterou a importância de se discutir o ICMS, assim como a questão das legislações indígenas, a fim de se poder tratar da questão do Estatuto Indígena. Perguntou ainda quem ficaria encarregado de elaborar as diretrizes para a política indigenista, afirmando concordar que se pense sobre a criação do Conselho Nacional, bem como quem vai ficar responsável por articular as ações do governo, que estão descentralizadas, sendo que a seu ver a Funai tem tentado fazer esse papel de articulador, mas sem muito sucesso, o que é uma falha do próprio governo. Sua pergunta, portanto, é sobre quem vai aglutinar e mostrar como os povos indígenas podem acompanhar tais ações. Manoel Xucuru disse que



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

é preciso lembrar dos índios que não têm contato com a sociedade, devendo ser criada comissão para discutir sobre os índios que estão em áreas de fronteira, como Bolívia, Venezuela, Peru, e também para tratar da questão de exploração de minério, principalmente no Acre, criticando ainda a existência e função das Frentes de Atração de índios isolados.

Passando-se a palavra para Saulo Feitosa/CIMI, este concordou com a criação de comissão de controle social, a qual a seu ver deve lidar com a questão da articulação de políticas públicas; a respeito da criação de subcomissão que contemple a questão de novas legislações, opinou que esta deve tratar do Estatuto do Índio, no âmbito do qual deve ser inserida a questão da mineração em terras indígenas, que foi interrompida na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, discussão em que vários segmentos participaram, chegando a um consenso sobre projeto de lei que inclusive tratava da questão da mineração, chegou a tramitar, foi aprovado na Câmara e não foi para o Senado justamente porque o presidente da República interrompeu sua tramitação, assim, só se aproveitou o que está no PL 1910. Nesse sentido, sua opinião é que o atual governo deveria trazer a questão da mineração para a discussão do Estatuto, inclusive como forma de pautar a discussão sobre o Estatuto no Congresso Nacional, o que seria uma oportunidade para melhorar o que já existe no Congresso sobre o tema.

Um outro ponto levantado, dessa vez pelo indígena Antonio Pessoa Potiguara, disse respeito aos dados sobre populações indígenas, pois segundo ele cada órgão trabalha com números diferentes, até porque estão sendo reconhecidos novos povos indígenas a cada ano. Então seria o caso de se fazer um censo ou levantamento similar, afirmou ele como conclusão.

Prosseguindo na apresentação de comentários sobre a proposta apresentada pelos representantes indígenas, Heloísa Solino Evelin concordou com a criação da primeira subcomissão proposta pelos indígenas, sobre violência contra indígenas, mas discordou



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

quanto à segunda (Terras indígenas: demarcação, proteção, gestão e sustentabilidade), que em sua opinião deveria ser subdividida, uma vez que os temas gestão e sustentabilidade deveriam fazer parte de um item específico, relativo à sustentabilidade, enquanto o outro deveria tratar do uso e proteção da terras indígenas.

O representante indígena Ak'Jabor Kayapó falou, a seguir, sobre sua preocupação com o meio ambiente, bem como com a situação de índios isolados, como é o caso dos índios Kayapó contatados há poucas semanas e dos quais se teve conhecimento alguns dias antes da reunião; mencionou ainda os problemas que advêm da mineração, como a invasão das terras indígenas por garimpeiros, os quais acabam por colocar em perigo os povos isolados, sendo que a seu ver a autorização da prática da mineração em terras indígenas não traria benefícios para os povos indígena, apenas prejuízos.

A seguir, Sérgio Torres, do Ministério da Justiça, destacou o fato de que a CNPI tem caráter transitório, devendo desaparecer quando for criado o Conselho Nacional de Política Indigenista, em face do que a CNPI deveria tratar das questões mais emergenciais, deixando as de caráter permanente para o Conselho. O representante do Ministério da Defesa concordou com esse posicionamento, afirmando que é preciso sim priorizar determinados temas, até mesmo porque não vão poder contar com um grande número de pessoas para compor as subcomissões, diante do que será preciso escolher os temas mais nobres.

Com a palavra, o indígena Wilson Matos Kaiowá informou que naquele mesmo dia havia um artigo seu sendo publicado em um jornal do Rio Grande do Sul, cuja cópia estaria sendo entregue a todos os presentes, sendo que nesse artigo aborda o vilipêndio cultural, o verdadeiro genocídio que vive seu povo naquele estado, diante do que concordava com a proposta de criação de subcomissão para tratar da violência contra os povos indígenas, ao mesmo tempo em que concordava com a necessidade de escolher os



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

temas principais, analisando portanto onde este tema poderia se encaixar. A respeito do fato de que os trabalhos da CNPI se encerram assim que for criado o Conselho, foi apresentado um outro ponto de vista, no sentido de que o Conselho ainda vai demorar a ser criado, de forma que seria importante sim discutirem as questões propostas nas subcomissões, sem que se espere a criação do Conselho para tal; Sérgio Torres, por sua vez, defendeu a posição de que a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista é a mais importante atribuição da CNPI.

Lylia Galetti, com a palavra, expressou concordância no sentido de que deve haver critério de prioridade dos temas, mas que o Conselho deve ser a maior prioridade, devendo-se inclusive estabelecer prazo para a apresentação de resultados, portanto propondo se criar mesmo uma subcomissão que deverá fazer proposta a ser discutida em plenário e encaminhada para os setores competentes. Lembrou a discussão do dia anterior, sobre a existência de fóruns paritários, como saúde e educação, propondo o estabelecimento de relação profissional entre a CNPI e essas outras instâncias. Concorda que deve se pensar em articular da melhor forma os temas, sendo que há aqueles, como por exemplo segurança alimentar, que estão sendo discutidos em várias instâncias, e portanto deve-se eleger as prioridades, a partir do que está previsto no decreto, segundo o qual primeiro vem a questão do Conselho e a seguir a articulação das políticas voltadas para os povos indígenas, havendo outros temas não explícitos que devem entrar. Lylia afirmou ainda que é necessário que a CNPI se aproprie do conhecimento acumulado por outros grupos de trabalho e instâncias, como o GT Índios, com o que quer dizer que devem estabelecer critérios para estabelecerem prioridades, afinal até agora há 11 propostas de câmaras/subcomissões e portanto é preciso seguir critérios; um segundo critério, além do que já consta no decreto, seria de urgência, e entre os temas urgentes está a questão da violência e a territorial, além de meio ambiente também, até porque as áreas indígenas



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

realmente estão entre as mais protegidas da Amazônia Legal. Sendo que, conforme já foi dito, é preciso lembrar que no momento em que se consensuar a questão do Conselho a Comissão deverá acabar.

Com a palavra, Saulo Feitosa discordou em parte do que Lylia afirmou, quanto à extinção da CNPI quanto houver sido consensuada proposta de Conselho, uma vez que na verdade a Comissão somente será extinta quando for aprovada a criação do Conselho, ao que Lylia concordou com a ressalva. Saulo manifestou ainda sua concordância quanto ao que fora dito anteriormente, sobre a questão da temporalidade, sobre a necessidade de se estabelecer prazo para a conclusão do trabalho de cada subcomissão, sendo o desafio equacionar a quantidade demandas e viabilizar as questões mais estratégicas. A questão do Conselho e do Estatuto são as mais importantes, afirmou Saulo.

Pierlângela Wapichana foi a próxima a falar, reforçando o que já fora proposto, destacando a sua preocupação quanto à pulverização dos recursos do Estado e da Funai mais especificamente, como no caso do Fundeb, cujos recursos não chegam às comunidades indígenas, não se pensando em políticas que dêem acesso aos povos indígenas às decisões e aos recursos. De forma que todos os temas são prioridade, prosseguiu, entre eles a maior sendo o Conselho, a realização de Conferência sobre Política Indigenista, o estabelecimento de diretrizes, normas e prioridades da política indigenista. Devendo se avaliar quais as comissões terão caráter permanente e quais temporário, sendo importante estabelecer prazos, até para evitar problemas com as trocas de governo, aproveitando a conjuntura favorável que existe no momento. Quanto ao que é ou não prioridade, Pierlângela destacou a demanda do governo quanto à mineração, como para os índios é prioridade o Estatuto, afirmando estar ciente de que há questões que podem acabar indo direto para o Congresso Nacional, sem que os índios sejam ouvidos, mas destacando que a



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

prioridade para os povos indígenas é a questão da legislação, no caso o Estatuto do Índio, e até mesmo legislações internacionais ainda não reconhecidas no País.

A seguir fez uso da palavra Gilberto Azanha/CTI, que iniciou afirmando que, de acordo com o decreto, o fundamental é criar o Conselho Nacional de Política Indigenista, para terem poder deliberativo e não apenas consultivo, portanto a prioridade seria dar poder deliberativo ao Conselho. Quanto às subcomissões propostas, posicionou-se no sentido de que contemplam as questões de urgência, como violência, terra, meio ambiente; quanto à questão da legislação – Estatuto, acredita que deve abarcar a discussão sobre mineração em terras indígenas. Como encaminhamento, propôs que se encerre o debate sobre os temas e se passe à definição das subcomissões e dos nomes de quem vai atuar em cada uma delas.

Cláudio Scliar comentou que lhe parece ser importante definirem um calendário visando à criação do Conselho, devendo haver previsão clara para se finalização de anteprojeto de criação do Conselho Nacional, incluindo debates, palestras ou outros, mas com uma programação clara, que pode ser um dos produtos desta primeira reunião da Comissão. Reforçou a fala de Pierlângela, informando ainda que seu departamento tem discutido mineração, mas que esta não é questão central em seu órgão nem em outros segmentos do governo; concorda que deve haver lei, que não podem as terras indígenas continuar a ser “terra de ninguém”, sendo que hoje a mineração em terras indígenas é questão de polícia e tem de deixar de ser; afirmando que vivemos num mundo capitalista e não há como fugir disso. Cláudio ressaltou ainda que devem ter cuidado para não tratar a Comissão como se fosse durar muito e sugeriu a criação de 5 ou 6 subcomissões, que sejam fortes, pois a partir daí é que vai prosseguir o trabalho do Conselho, enfim, que não sejam criadas muitas subcomissões, pois não teriam condições de acompanhar.



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

Encerrando a discussão sobre as propostas já apresentadas pelos representantes indígenas, **o Presidente deu continuidade à reunião, passando à definição sobre as subcomissões.** Afirmado ter ficado clara a necessidade de dar prioridade ao anteprojeto de lei de criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, o presidente listou as seguintes subcomissões, a serem criadas a partir do que fora discutido até o momento, conforme listado a seguir:

- 1) Subcomissão para elaboração do projeto de lei com Conselho Nacional de Política Indigenista;**
- 2) Subcomissão de Justiça e Segurança;**
- 3) Subcomissão de Terras Indígenas;**
- 4) Subcomissão de Etno-desenvolvimento,** englobando gestão e sustentabilidade (trataria de terras indígenas, mas no sentido de promoção, com questões ambientais implícitas, segurança alimentar etc.);
- 5) Subcomissão Legislativa,** incluindo temas como Estatuto, mineração, (sendo que o tema Estatuto, mineração e outros relativos a regulamentação da Constituição Federal seriam tratados no âmbito dessa subcomissão);
- 6) Saúde Indígena;**
- 7) Educação Escolar Indígena**
- 8) Subcomissão de Gênero, Infância e Juventude;**
- 9) Subcomissão de articulação de Políticas Públicas** (participação, controle social, conferências, PPA ...).



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

Portanto, prosseguiu o Presidente, a partir do que foi discutido, pode-se considerar que todos os temas propostos se encontram contemplados nessas subcomissões, que englobariam todos dos temas propostos. Quanto ao questionamento acerca de qual subcomissão deveria tratar da situação do quadro de servidores da Funai, foi informado que o tema deverá ser tratado pela subcomissão de Articulação de Políticas Públicas. Em continuidade, o Presidente afirmou que o principal seria os membros lembrarem que se está no processo de construção do Conselho, e que portanto não devem ter medo de criarem todas as subcomissões que sejam necessárias, chamar pessoas para contribuir, lembrando o que foi dito anteriormente no sentido de que em outros órgãos já há institucionalidade de discussão, como é o caso DSEIs ou na educação, em que já se discutem vários temas, e que portanto as subcomissões não sejam autárquicas e sim que dialoguem com o que está sendo pensado, vivenciando de fato a articulação de políticas públicas, que faz parte da decisão do governo de que a Funai busque a integração das ações governamentais, que seja órgão de articulação e liderança nos processos de elaboração de políticas públicas para os povos indígenas. Com o que o Presidente afirmou estar respondendo um pouco ao que disse o representante do Ministério da Defesa, que afirmou que não terão gente para atuar em tantas subcomissões, pois acredita que podem superar esse problema caso se articulem a essas outras instâncias. Caso concordem com a proposta de subcomissões, o Presidente sugeriu que passem à indicação dos componentes, à definição de prazos, e uma vez que se trata de um processo, a questão da aprovação do Conselho é algo natural, não se pode ponderar quanto tempo vai demorar, até porque quando o Conselho for criado as subcomissões podem vir a se integrar a ele. Antes de passar à votação das subcomissões, Sandro Tuxá perguntou se o censo indígena seria abordado por alguma das subcomissões; outra questão seria a dos índios urbanos, que é tema sério, ao que o presidente opinou que o censo deve ser tratado pela subcomissão de Articulação de Políticas Públicas. Quanto aos



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

índios isolados, afirmou que em discussão interna na Funai percebeu que havia pessoas que tinham dúvidas sobre se cabe ao órgão lidar com os índios urbanos. Sua opinião, todavia, é que é papel da Comissão pautar as questões, que se deve romper as fronteiras segundo as quais só porque um índio vive na cidade não é mais índio.

Com a palavra, Lylia Galetti propôs como encaminhamento que sejam definidas as tarefas específicas das subcomissões, o que implicaria o acompanhamento de políticas, como por exemplo aquelas voltadas para índios urbanos, aquelas relativas a Gênero, Infância e Juventude; que as subcomissões se articulem entre si, sejam divididas as tarefas, definindo-se os que deverá ser apresentado aos demais, que sejam indicados os órgãos e organizações não governamentais a serem convidadas para a discussão de cada tema, entre outros pontos. Nesse sentido, houve falar no sentido de reforçar a importância de se definir prazo para a conclusão dos trabalhos no âmbito da subcomissão destinada a discutir o anteprojeto de criação do Conselho Nacional, incluindo prazo para apresentação do anteprojeto ao Congresso Nacional. O presidente então retomou a palavra para propor justamente que se passe ao detalhamento de cada uma das subcomissões, composição, prazos e demais pormenores sobre seu funcionamento. Antes disso, questionou se os membros concordam ou não com a proposta de denominação de cada uma delas, ao que Celso Correia opinou que não deveriam aprovar ainda, uma vez que podem decidir fundir, mudar a designação das subcomissões, ao que Cláudio Scliar pediu questão de ordem para propor que, quanto aos trabalhos de cada subcomissão, como Gênero, Infância, Juventude, sejam criados algo como grupos de trabalho.



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

Passou-se, portanto, à **definição das funções, componentes e coordenadores das subcomissões**, conforme listado a seguir:

**1) Subcomissão para elaboração do projeto de lei com Conselho Nacional de Política Indigenista**

Componentes

- Marcos Xucuru
- Jecinaldo Sateré coordenador
- Gilberto Azanha

Função: Elaborar anteprojeto de lei do Conselho Nacional.

**2) Subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania**

Temas: criminalização de lideranças, genocídio,

Componentes

- Wilson Terena (coordenador)
- Saulo Feitosa
- Sandro Tuxá

Funções: Propor diretrizes, instrumentos e normas para combater a criminalização de líderes indígenas e o genocídio.

**3) Subcomissão de Terras Indígenas**

Componentes

- Danilo Terena
- Brasílio Xokleng
- Gilberto Azanha



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

Funções: Acompanhar e propor prioridades para os processos de reconhecimento desintrusão e proteção de terras indígenas.

#### **4) Subcomissão de Etno-desenvolvimento**

Temas: gestão e sustentabilidade, terras indígenas, no sentido de promoção, com questões ambientais implícitas, segurança alimentar etc.

Componentes:

- Ricardo Verdum – Inesc (coordenador)
- Cleber dos Santos Karipuna
- Luiz Titia Pataxó hahahãe

#### **5) Subcomissão Assuntos Legislativos**

Temas: Estatuto, mineração, gestão e outros relativos à regulamentação da Constituição Federal

Componentes

- Saulo (coordenador)
- Wilson Terena
- Antonio Pessoa

Funções: acompanhar os projetos de Lei e Projeto de Emenda Constitucional em tramitação no Congresso Nacional e propor atualização do Estatuto do Índio.

#### **6) Saúde Indígena**

Componentes

- José Aarão (coordenador)



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

- Lindomar dos Santos Xocó
- Akiaboro Kayapó

Funções: acompanhar e propor normas e diretrizes para a saúde indígena

### **7) Educação Escolar Indígena**

#### Componentes

- Francisca Pareci (coordenadora)
- Ricardo Weber Tapeba
- Pierlângela Wapichana

Funções: acompanhar e propor normas e diretrizes para a educação escolar indígena.

### **8) Subcomissão de Gênero, Infância e Juventude**

#### Componentes

- Pierlângela Wapichana (coordenadora)
- Francisca Bezerra Cambioá
- Kohalui Karajá

Funções: acompanhar e propor normas e diretrizes para abordar a situação das mulheres, crianças e jovens indígenas

### **9) Subcomissão de Articulação de Políticas Públicas**

Temas: participação, controle social, conferências, Plano Plurianual

#### Componentes

- Deuclides Kaingang (coordenador)
- Manoel Gomes da Silva Kaxinauá
- Eliton Gavião



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

Funções: propor diretrizes e normas para o acompanhamento das políticas públicas em vários ministérios e acompanhar a formulação e execução do PPA.

A seguir foi proposto que a Comissão se dividisse em grupos por alguns momentos, em um grupo composto pelos representantes indígenas de um lado e de governo e organizações não governamentais de outro, para discutir um pouco mais sobre a formação das subcomissões, como vão se articular, suas atribuições, entre outros assuntos. Antes, o Presidente respondeu questionamento quanto ao fato de o Plano Plurianual da Funai não ser definido de forma participativa, informando que o PPA já se encontrava em discussão quando assumiu e portanto não houve tempo para tal, mas que pretende trabalhar para garantir a participação indígena.

Prosseguindo portanto com a reunião, o Presidente solicitou contribuições dos membros e assim se passou à **apresentação de propostas com respeito a que órgãos governamentais e da sociedade civil deveriam integrar as subcomissões**; a propósito, o presidente informou que técnicos da Funai estarão presentes em cada uma das subcomissões, para acompanhar os trabalhos, sendo que além desses técnicos o Ministério da Justiça participará da subcomissão destinada à elaboração do anteprojeto do Conselho, da subcomissão 2, de Justiça, Segurança e Cidadania, e 5, de Assuntos Legislativos, que além desses membros vão contar com os membros titulares e suplentes; no caso de Saúde Indígena, vai fazer parte Edgard, Magalhães, da Funasa, que é suplente, e Kleber Gesteira Matos, do Ministério da Educação, que já estão contemplados, como já dito com alguém da Funai, no caso a Maria Helena Fialho, que é a coordenadora de Educação.

Em seguida o Presidente abriu a palavra para comentários e acréscimos, e Frederico Augusto, do Ministério do Planejamento ofereceu-se para integrar a subcomissão de Articulação, sugerindo ainda que conte com representante da Presidência da República



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

e/ou da Casa Civil, informando ainda concordar com as demais propostas. Heloísa Evelin afirmou não ter ressalvas a fazer e informou que se identifica como os temas da subcomissão 2 (Justiça, Segurança e Cidadania), 5 (Assuntos Legislativos) em razão de o GSI já ter envolvimento com a questão de mineração. Cláudio Scliar, Ministério de Minas e Energia informou seu interesse em participar da subcomissão sobre assuntos legislativos. Enid Andrade, da Secretaria Geral da Presidência informou que se identifica com o tema Gênero, Infância e Juventude, Articulação de Políticas e Etnodesenvolvimento, tendo em vista que a SG/PR acompanha as políticas do Ministério do Trabalho. Celso Correa informou concordar com a estruturação das subcomissões e que a Casa Civil se insere na discussão sobre Articulação de Políticas Públicas, a qual a propósito sugere que passe a ser designada *Políticas Públicas, Orçamento e Gestão*, ao tempo em que informou seu interesse em integrar a referida subcomissão, sendo que estará em todas as reuniões; se preciso, prosseguiu, poderá integrar ainda a subcomissão de Etnodesenvolvimento ou de Terras Indígenas. Kleber Gesteira, da Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação, afirmou que em sua opinião a estruturação das subcomissões está excelente, sugerindo que venha a integrar, além da subcomissão de Educação Escolar Indígena, a de Etnodesenvolvimento, por causa das escolas indígenas e educação voltada para esse tema. Sugere ainda que sejam convidados secretários do Conselho Nacional de Educação, que é responsável pela oferta de educação para os povos indígenas. O representante do Ministério da Defesa afirmou entender que seu órgão se relaciona mais à supervisão que elaboração de políticas, sendo interessante participar da subcomissão de Terras Indígenas, pela questão de faixas de fronteiras, mas como ouvintes e não na coordenação. Celso Correa retomou a palavra para afirmar que exceto a primeira subcomissão (Elaboração de anteprojeto de lei para criação do Conselho Nacional de Política Indigenista), todas as outras devem ter caráter permanente, ao que propõe 10 de



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

outubro como data limite para que o trabalho da subcomissão 1 seja finalizado, sugerindo também que a subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania conte com integrante do Ministério Público, Secretaria de Direitos Humanos e Procuradoria da Funai, enquanto a de subcomissão 3 deveria também contar com alguém do Ministério Público, da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário; e a 8, de Gênero, Infância e Juventude deve ter alguém da Secretaria das Mulheres e de Direitos Humanos. Lylia Galetti concordou com a proposta, mas sugeriu correção da competência da subcomissão 2, no sentido de incluir algo sobre afirmação dos direitos, como “promoção da justiça e cidadania e afirmação dos direitos indígenas...”; como composição, sugere que essa subcomissão conte com representante da Secretaria de Direitos Humanos; a de Terras Indígenas devendo contar com alguém do Ministério do Meio Ambiente; devendo o Ibama estar presente na de Etnodesenvolvimento e de Assuntos Legislativos, devido à discussão com desdobramentos sobre terras e recursos naturais, além do MDA, que pode contribuir para a subcomissão de Etnodesenvolvimento, tendo em vista desenvolver programa de igualdade de gênero e cidadania, e também o Ministério do Desenvolvimento Social.

Edgard se pronunciou também, afirmando que, a respeito da subcomissão de Etnodesenvolvimento, é preciso lembrar do Consea, que tem grupo permanente sobre o tema, bem como de outros grupos que têm interseção com a Saúde, como Justiça e Cidadania, censo e cadastro e documentação, Etnodesenvolvimento, em sua interface com segurança alimentar e Articulação de Políticas Públicas, devido à discussão sobre índios urbanos, censo e fortalecimento institucional. A seguir, Lylia Galetti sugeriu que se passasse à definição de quem serão os representantes oficiais entre os membros da comissão.

O presidente a seguir lembrou que algumas pessoas, por obviedade, serão convidadas, por não serem membros, enquanto os membros efetivos serão indicados entre



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

os integrantes da Comissão, conforme tenham se oferecido. Assim foi sugerido fechar e depois passarem à escolha dos convidados.

**Relação das subcomissões e respectivos membros efetivos e convidados**

**1) Subcomissão para elaboração do projeto de lei com Conselho Nacional de Política Indigenista**

**Membros efetivos**

- Jecinaldo Sateré coordenador (coordenador)
- Marcos Xucuru
- Gilberto Azanha
- Ministério da Justiça
- Funai
- Gabinete de Segurança Institucional

**Função:** Elaborar anteprojeto de lei do Conselho Nacional, a ser apresentado à Comissão até o dia 10 de outubro de 2007.

**2) Subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania**

**Membros efetivos**

- Wilson Terena (coordenador)
- Saulo Feitosa
- Sandro Tuxá
- Ministério da Justiça



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

- Funai
- Gabinete de Segurança Institucional

**Convidados**

- Ministério Público
  - Advocacia Geral da União
  - Secretaria Geral de Direitos Humanos
  - Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial
- (lembrando que quando passar de 3 serão os membros e os demais como convidados)

Temas: criminalização de lideranças, genocídio,

Funções: Propor diretrizes, instrumentos e normas para combater a criminalização de líderes indígenas e o genocídio.

**3) Subcomissão de Terras Indígenas**

**Membros efetivos**

- Danilo Terena (coordenador)
- Gilberto Azanha
- Brasílio Xokleng
- Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA/Incra
- Ministério do Meio Ambiente - MMA
- Funai

**Convidados**

- Gabinete de Segurança Institucional - GSI
- Ministério da Defesa
- Ministério Público



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

Funções: Acompanhar e propor prioridades para os processos de reconhecimento desintrusão e proteção de terras indígenas.

#### **4) Subcomissão de Etno-desenvolvimento**

##### **Membros efetivos**

- Ricardo Verдум – Inesc (coordenador)
- Cleber dos Santos Karipuna
- Luiz Titia Pataxó hahahãe
- Ministério do Desenvolvimento Social - MDS
- Ministério do Meio Ambiente - MMA
- Funai

##### **Convidados**

- Ministério da Educação/Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena

Temas: gestão e sustentabilidade, terras indígenas, no sentido de promoção, com questões ambientais implícitas, segurança alimentar etc.

#### **5) Subcomissão Assuntos Legislativos**

##### **Membros efetivos**

- Saulo (coordenador)
- Wilson Terena
- Antonio Pessoa
- Ministério da Justiça - MJ
- Ministério de Minas e Energia
- Funai



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

**Convidados**

- Ministério do Meio Ambiente - MMA
- Ministério da Defesa
- Gabinete de Segurança Institucional - GSI

Temas: Estatuto, mineração, gestão e outros relativos à regulamentação da Constituição Federal

Funções: acompanhar os projetos de Lei e Projeto de Emenda Constitucional em tramitação no Congresso Nacional e propor atualização do Estatuto do Índio.

**6) Saúde Indígena**

**Membros efetivos**

- José Aarão (coordenador)
- Lindomar dos Santos Xocó
- Akiaboro Kayapó
- Funai
- Ministério da Saúde e Funasa

**Convidados**

- Ministério do Desenvolvimento Social - MDS

Funções: acompanhar e propor normas e diretrizes para a saúde indígena

**7) Educação Escolar Indígena**

**Membros efetivos**

- Francisca Pareci (coordenadora)
- Ricardo Weber Tapeba



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

- Pierlângela Wapichana
- Ministério da Educação - Mec
- Funai
- Casa Civil

**Convidado**

- Ministério do Meio Ambiente - MMA

Funções: acompanhar e propor normas e diretrizes para a educação escolar indígena.

**8) Subcomissão de Gênero, Infância e Juventude**

**Membros efetivos**

- Pierlângela Wapichana (coordenadora)
- Francisca Bezerra Cambioá
- Kohalui Karajá
- 2 representantes da Secretaria Geral da Presidência da República
- Funai

Funções: acompanhar e propor normas e diretrizes para abordar a situação das mulheres, crianças e jovens indígenas

**9) Subcomissão de políticas públicas, orçamento e gestão**

**Membros efetivos**

- Deuclides Kaingang (coordenador)
- Manoel Gomes da Silva Kaxinauá
- Eliton Gavião
- Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG
- Funai



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

- Casa Civil

Funções: propor diretrizes e normas para o acompanhamento das políticas públicas em vários ministérios e acompanhar a formulação e execução do PPA

Temas: participação, controle social, conferências, Plano Plurianual.

O Presidente propôs, a seguir, que a partir daquele momento cada subcomissão trabalhe na indicação de seus convidados, apresentando os nomes à Presidência da Comissão, assim como agenda de trabalho, solicitando ainda à subcomissão 1 que, caso esteja de acordo, seja definido 10 de outubro de 2007 para apresentação da proposta de anteprojeto de lei para a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista. Celso Correa, que havia sugerido a data, explicou que levou em consideração o fato de que entre a presente reunião e a data proposta haverá 2 reuniões e portanto poderia ser um prazo razoável. Gilberto Azanha, integrante da subcomissão, posicionou-se no sentido de que esta será data indicativa, podendo ser apresentada a proposta *até* o dia 10 de outubro, ou vir a ser alterada. Quando às decisões adotada na presente Reunião Extraordinária, o Presidente lembrou que se encontram registradas em ata, propondo que cada subcomissão apresente às demais a sua proposta de trabalho, de convidados, entre outras informações, o mais brevemente possível. Lembrou ainda que é preciso procurar o máximo possível articular os trabalhos das subcomissões ao que estiver sendo discutido de forma mais ampla pelo governo federal, uma vez que sua preocupação é relacionar as subcomissões às instâncias do governo já em funcionamento. Por exemplo, prosseguiu ele, no caso de saúde e educação escolar indígena, há Fórum Nacional dos Presidentes de Conselhos Indígenas, e assim também em outras áreas, assim como há indígenas que são representantes em conselhos, daí que se deve procurar convidar esses indígenas que já fazem parte de outras comissões e conselhos, e como a CNPI está começando agora, precisa ganhar força, para o



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

que precisa se articular. Essa é uma recomendação, disse ele, que quando façam suas propostas considerem essa questão.

Francisca Pareci apresentou dúvida sobre a dinâmica do funcionamento: "há calendário único para reunir todos em Brasília?" Pois a seu ver há uma série de questões que estão paradas esperando deliberação da Comissão. Questionou ainda qual instituição arcará com as despesas relativas ao funcionamento das subcomissões. Saulo Feitosa, por sua vez, perguntou sobre as coordenações, pois foram indicados apenas os coordenadores e não duplas de coordenadores, pois se havia pensado em coordenação paritária, destacando ainda a necessidade de se adotar um calendário comum e também questionando se a secretaria executiva se responsabilizará pela convocatória. Respondendo, o Presidente afirmou que, a respeito dos coordenadores, é algo que podem resolver rapidamente; sobre a logística do funcionamento das subcomissões, foi proposto que sejam aproveitadas as datas das reuniões ordinárias, de maneira que poderiam se reunir um dia antes destas, significando um outro dia de trabalho além do que já está previsto para a preparação dos representantes indígenas. O representante do Ministério da Defesa sugeriu que os servidores da Funai que venham a integrar as subcomissões atuem secretariando as mesmas. A respeito da logística, Claudio Scliar opinou no sentido de que sempre haverá problemas, mas que cada subcomissão deverá fazer propostas à secretaria executiva, à qual caberá decidir sobre a melhor maneira de se organizar, quem pode apoiar, entre outras questões. Lylia Galetti, por sua vez, afirmou ser interessante que as coordenações sejam compostas por diferentes membros do governo, até porque isso poderá dar um certo poder a elas, embora também signifique mais trabalho; opinou ainda que a Funai não deve ter sozinha a obrigação de secretariar, mas que também possa debater, participar, o que fica impossibilitado caso estejam responsáveis por secretariar a subcomissão. Ainda sobre esse tema, Frederico Augusto propôs que por enquanto as reuniões sejam realizadas na véspera



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

das reuniões extraordinárias, mas que se estabeleça cronograma de trabalho para avaliar o montante de recursos para fazer as outras reuniões, sendo que a secretaria é que deve fazer esse trabalho de organização, ao que Lylia Galetti fez ressalva sobre a subcomissão 1, que tem prazo para apresentação dos resultados de seu trabalho.

A seguir, Saulo Feitosa fez questionamento sobre os convidados, perguntando se todos são autônomos para decidir, afirmando ainda sua concordância com relação à proposta de Frederico Augusto e sugerindo que nesse período as subcomissões elaborem seu cronograma de trabalho. Kleber Gesteira lembrou que há 2 tipos de convidados, aqueles que participarão apenas para apresentar esclarecimentos e aqueles que serão membros permanentes da comissão. Wilson Matos, por sua vez, sugeriu que, caso se decida limitar o número de convidados, que se defina um mínimo de 3 por subcomissão, uma vez que, no caso daquela de que faz parte, por exemplo, vão precisar convidar muitas pessoas. Manoel Xucuru também opinou sobre a participação dos convidados, destacando que as subcomissões, ao se reunirem, não vão discutir todos os assuntos ao mesmo tempo e, sendo assim, dependendo da matéria, pode-se decidir quem e quantas pessoas convidar. A sugestão, portanto, é não definir limites para o número de convidados, deixando-se para decidir conforme o assunto ou as limitações de ordem orçamentária. Celso Correa lembrou a importância de se levar em consideração a experiência de outros conselhos, que se reúnem com um dia de antecedência. Edgard informou que a subcomissão de saúde indígena vai propor que se aproveite outras agendas, do Conselho Setorial de Saúde, por exemplo, os quais já têm conhecimento acumulado do qual poderão se beneficiar, sendo que haverá pauta própria e definirão eles próprios a prioridade. Sobre os convidados, sugere deixar a cargo do bom senso.

Após essas falas, o Presidente retomou a palavra, sugerindo que, uma vez instalada a secretaria executiva, os 2 coordenadores de cada subcomissão mantenham



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

contato com a mesma a fim de articularem as suas necessidades e para cada caso seja tratado individualmente. Foi apresentada, porém, a preocupação quanto à necessidade de se convidar, por exemplo no caso na saúde, conselheiros indígenas, havendo dúvidas quanto à questão do financiamento, dos custos com a participação das pessoas que não vivem em Brasília. O Presidente reforçou a necessidade de que os coordenadores estabeleçam contato com a secretaria executiva, para que cada caso possa ser tratado por vez, até porque o problema não é mesmo o orçamento da Funai em si, pois dependendo do caso poderá vir de outros ministérios. A seguir foi feito questionamento sobre a secretaria executiva, quando Frederico Augusto sugeriu que se crie uma subcomissão temporária para definir a instalação da secretaria executiva. Sergio Torres afirmou que, juntos, o Ministério da Justiça e a Funai conseguirão resolver em breve a questão, que deverá estar solucionadas até a próxima reunião, sugerindo que os coordenadores entrem em contato para resolverem eventuais problemas, sendo que na próxima reunião fariam como foi proposto - uma reunião antes da próxima reunião ordinária; já a subcomissão do anteprojeto de Conselho poderá fazer minuta para antes da ordinária, lembrando ainda que há possibilidade sim de se limitar convidados, a depender das limitações e possibilidades caso a caso. A propósito, Pierlangela Wapichana afirmou que sua preocupação é que pudessem sair da presente reunião com um cronograma, um planejamento do que virá a seguir, para que possam se organizar melhor, bem como quanto sobre a articulação entre o coordenador indígena e o não indígena. Mais especificamente, gostaria que se definisse a **pauta da próxima reunião**, de forma a que saíssem desta reunião ordinária sabendo o que virá a seguir, quem sabe até com reunião prévia a se realizar ainda neste período. Com a palavra, Gilberto Azanha propôs que fosse marcada a data para que o início do funcionamento da secretaria executiva, sugerindo o prazo de 15 dias para serem apresentados nomes e outras informações. Sobre o anteprojeto, afirmou que já tem proposta e gostaria que pudessem se



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

reunir antes da próxima reunião, até porque são só 3 membros na subcomissão e poderiam trabalhar antes da reunião anterior à ordinária.

Diante das questões e propostas, o Presidente afirmou que gostaria de propor encaminhamento, no sentido de que, como o governo tem discutido anteprojeto de lei sobre mineração, do qual informou que dispõe de cópia da proposta de anteprojeto para distribuir aos presentes, gostaria de propor à plenária que fosse agendada **reunião extraordinária** para discutir esse assunto especificamente, a qual poderia acontecer no início de julho. Nesse caso, esclareceu ele, ficaria estabelecido a data dessa reunião como prazo para instalação da secretaria executiva, além do que se realizaria a primeira reunião para conhecer o anteprojeto do Conselho. A proposta de encaminhamento se trata, portanto, da realização de reunião extraordinária, no início de julho, com vistas à discussão do anteprojeto de lei de mineração em discussão no governo, sendo que na antevéspera da reunião estaria ocorrendo também a reunião das subcomissões, além da instalação da secretaria executiva. Sobre a subcomissão do Conselho, afirmou não haver impedimentos para que se reúna o quanto antes. Em resposta à proposta, Saulo Feitosa pediu a palavra para opinar no sentido de que a mesma coloca em cheque todas as discussões que ocorreram até o momento, uma vez que a seu ver fora definido que a discussão sobre o anteprojeto sobre mineração não pode ser feita fora do contexto da discussão do Estatuto do Índio, de forma que, se for aceita a proposta do Presidente, considera que estarão caindo em manobra semelhante àquela feita na época do governo Fernando Henrique, quando se buscou tratar do assunto de forma isolada. Em síntese, discorda que o tema faça parte da pauta, propondo que faça parte da pauta da subcomissão responsável pelo assunto, e discordando de que venha a ser realizada reunião específica para tratar do tema.

Com a palavra, o Presidente afirmou que de fato o tema não está na pauta, esclarecendo que sua sugestão é que seja disponibilizada cópia do anteprojeto de lei



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

em discussão no governo. Afirmou concordar que a discussão deve ser feita via subcomissão, mas que, caso seja feita a proposta a esta e concordar em que haja reunião extraordinária, que possa inclusive tratar do Estatuto, não há problema. Neste ponto, Cláudio Scliar pediu para fazer uso da palavra, afirmando ter sido surpreendido pelo fato de a imprensa ter divulgado que a mineração seria tema da primeira reunião ordinária da CNPI, destacando inclusive que o Presidente da CNPI/Funai sempre havia tentado articular a questão da mineração a outras mais amplas; que o MME fizera proposta, a partir de um seminário realizado em 2003, junto com a Funai e os representantes indígenas, oportunidade em que Presidente teria se posicionado no sentido de que a discussão deveria ser feita juntamente com aquela sobre o Estatuto. A idéia, prosseguiu ele, seria discutir como definir o encaminhamento do debate, não havendo dúvida de sua parte de que deve haver participação de forma ampla, lembrando porém que a discussão já está no Congresso, queiram os presentes ou não. Há grupo de trabalho integrado pela Funai, Gabinete de Segurança Institucional, Departamento Nacional de Produção Mineral e Ministério de Minas e Energia, e só vão levar adiante a discussão com a participação indígena. Questionando, enfim, que se esse é o ponto mais polêmico do Estatuto, porque não adiantar a discussão.

Marcos Xucuru afirmou saber do interesse pela questão, mas que os índios devem ter tranquilidade para tratar do assunto, concordando com a fala de Saulo no sentido de que as discussões ocorram no âmbito da discussão do Estatuto e não isoladamente, que se tem que haver, que seja tratada em conjunto. Wilson Matos Kaingang afirmou concordar que esta é uma questão difícil, que têm medo de entrar nessa discussão, inclusive sobre o Estatuto do Índio, em que temem mudança, pois não sabem se será positiva ou não. Temem por não saber o que vem pela frente. Porém não se opõem a que a proposta seja distribuída aos presentes, cabendo a decisão ao plenário, concordando



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

portanto com a realização da reunião extraordinária com a finalidade de instalar a secretaria, que começaria seus trabalhos, e na oportunidade a proposta seria levada ao conhecimento. Pierlângela Wapichana afirmou concordar que os índios têm que conhecer sim o que está sendo discutido e que possam começar a debater em profundidade a questão; que se preocupa porque há política nacional que passa pelo Congresso, que trabalha de acordo com seus interesses, de forma que os índios têm que se abrir, iniciar a discussão, conhecer o anteprojeto sim, levar para as bases, pois muitos se dizem contra e não conhecem. Por outro lado, acredita que devem sim atrelar a discussão à questão do Estatuto, mas que devem começar a discutir e conhecer da melhor forma o tema posto que, caso sejam contrários às propostas em discussão, devem ter argumentos. Sabe que não vai caber aos índios decidir, mas têm que participar, sendo que qualquer abertura deverá estar ligada ao Estatuto.

Diante da controvérsia, o Presidente esclareceu sua fala, afirmando que de fato o tema não está na pauta; que ia sugerir, quando propusesse a pauta, que incluíssem a discussão sobre mineração e para isso ia distribuir cópia do anteprojeto que o governo está discutindo, deixando de lado hipocrisia, pois todos sabem de sua existência e têm o direito de conhecer, levar às bases. No entanto, como surgiu a questão da instalação das subcomissões e secretaria executiva, decidiu antecipar e sugerir a realização de reunião extraordinária, antecipando a ordinária em um mês, aproveitando para instalar as subcomissões e a secretaria. Brasília lembrou que os não índios se assustam com a reticência dos indígenas quanto à discussão de mineração, mas que já têm experiências negativas, com hidrelétricas por exemplo, ao que pede solidariedade, pois buscam guardar esses recursos não só para si, mas pensando no futuro, não querem ser intransigentes, mas devem buscar o menor impacto possível. Frederico Augusto afirmou que o preocupa o fato de que há 2 subcomissões pedindo para funcionar, e portanto já têm agenda, a de mineração



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

também, sendo que há ainda a questão da secretaria executiva, e que têm que se analisar as suas limitações, ao que propõe que seja retirada a instalação da secretaria executiva. Concorda com Pierlângela sobre a necessidade de que discutam um cronograma de trabalho, sendo sua proposta de parecer e decidam o que vão fazer a seguir, estabelecendo cronograma de funcionamento das subcomissões. Saulo Feitosa, por sua vez, afirmou que ninguém se recusa a debater mineração, que dar conhecimento da proposta também é importante, sendo que o que está em discussão para ele é a forma de apresentar, não concordando com a apresentação de anteprojeto de lei sobre mineração de forma descontextualizada. Acredita que os membros estão discutindo temas de interesse e dentro do interesse dos povos indígenas, que é preciso se levar em conta a conjuntura e que se discutirem mineração em separado não mais vai haver interesse em discutir Estatuto. Em seguimento, Heliton Gavião afirmou que não devem usar o que já está feito, afirmando que na Conferência Nacional dos Povos Indígenas foi decidido de que não queriam discutir a proposta do governo e lembrando o problema vivido pelos Cinta-Larga.

Kleber Matos deu prosseguimento à discussão, afirmando que estão construindo conselho de Estado cuja finalidade é o diálogo entre governo, sociedade civil e povos indígenas e que portanto devem buscar zelar pelo patrimônio cultural; que estarão construindo um novo marco na relação entre esses segmentos, e assim devem enfrentar todas essas discussões, lembrando que interesses predatórios já estão se apoderando do patrimônio indígena e, enquanto não avançam nessa discussão no âmbito da CNPI os responsáveis por esse avanço predatório continuam avançando. Sendo sua posição no sentido de que, devido à gravidade da questão, devem sim se reunir para discutir e buscar forma de articular a questão com o Estatuto. Com a palavra, Gilberto Azanha reforçou a fala de Saulo Feitosa, afirmando que não interessa aos povos indígenas cederem ao que busca ao Congresso, seguir sua agenda; que devem marcar posição no sentido de discutirem



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

a questão apenas no âmbito da discussão do Estatuto; que se insistirem em discutir ponto a ponto a resistência vai crescer, e sim devem discutir dentro da questão do Estatuto, e não a mineração isoladamente. Manoel Gomes Kaxinauá afirmou que os povos indígenas têm que discutir todos os assuntos, não podem se negar a tratar de nenhum; que as ONGs, como o CIMI, sempre apoiaram os índios; e que o projeto de Estatuto está há 14 anos parado. Questionou porém por que os índios não participam das discussões, sendo que há várias pessoas discutindo mineração, sem que os índios tenham participação e se interessem do que está sendo debatido, e que a seu ver essa é a oportunidade. Prosseguindo, afirmou ter sido dito que não há lei nas terras indígenas, mas que há sim, só não são respeitadas por mineradoras e outras empresas do gênero, reforçando a importância de que os povos indígenas tenham conhecimento do que está sendo discutido, que têm que se inteirar, discutir democraticamente, serem consultados; que devem trazer o assunto para a Comissão e pelo menos durante os próximos 3 ou 4 anos possam vir a ter o novo Estatuto aprovado. Ainda sobre o assunto, Pierlangela questionou quantos conhecem as propostas de Estatuto do Índio, pois da mesma forma que alguns podem não dominar a discussão sobre mineração, muitos não dominam também a discussão sobre o Estatuto. Sandro Tuxá pediu a palavra para dizer que a discussão do tema deve sim ser feita no contexto da discussão do Estatuto do Índio, o que se faz necessário para garantirem os seus direitos, propondo que se discuta no âmbito da subcomissão e nela se vote e decida sobre a questão. Opinou ainda que a antecipação vai contra o que foi discutido até agora, contra as expectativas no sentido de que terão participação propositiva na comissão, posição do Fórum de Discussão dos Direitos Indígenas. Ou seja, sua posição é discutir sim, mas dentro da discussão do Estatuto, assim como proposto pelo Cimi.

Após o debate em plenária, o Presidente afirmou que, de acordo com o planejamento inicial, teriam reunião extraordinária em mês de agosto, mas que, levando em



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

conta compromisso anterior de que apresentaria aos membros da CNPI a proposta em discussão pelo governo, e tendo em vista ter surgido questão do encaminhamento das atividades das subcomissões, optara por propor a realização de reunião extraordinária, como de fato o fez. Sendo que, diante do que ouviu, e como já estava ciente de que não seria possível discutir nenhum assunto de interesse dos povos indígenas sem discutir Estatuto, neste momento então estaria alterando sua proposta, que agora passa a ser no sentido de que a reunião extraordinária tenha como finalidade a discussão do Estatuto, deixando claro que o anteprojeto de lei não está fechado, está em discussão no âmbito do governo e que esta instância é adequada para a tal discussão. Afirmou ainda concordar com Pierlângela quanto a que se disponibilize aos membros da Comissão cópia da última versão do Estatuto, e que portanto a reunião de julho passa a ter como pauta essas duas questões [Estatuto do Índio e mineração em terras indígenas]. Finalmente, a proposta é que se aproveite para, na antevéspera da reunião extraordinária, acontecerem as reuniões das subcomissões, lembrando que há aquelas que já terão iniciado os seus trabalhos, com vistas à preparação da reunião extraordinária, no caso a subcomissão de Assuntos Legislativos e a do Conselho Nacional de Política Indigenista.

Abrindo a proposta para discussão, a palavra foi passada a Lylia Galetti, que sugeriu incluir na pauta dessa reunião extraordinária a questão da violência contra as lideranças indígenas, com o fim de tirarem algumas recomendações para a Secretaria de Direitos Humanos e outras instâncias cuja atuação tenha relação com o tema. A sua idéia é que a Comissão tenha visibilidade para o Legislativo, Judiciário, para o próprio governo, pois a forma que um determinado órgão lida com a política indigenista não é sempre a mesma, afirmou Lylia. Quanto à pauta, apesar de pesada, acha que é pertinente no momento, pois Estatuto e mineração estão vinculados, concordando que há muita pressão e inclusive aliciamento de indígenas para permitir a entrada de garimpeiros,



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

mineradoras, e que se essa pressão leva a colocar em pauta a questão do Estatuto isso seria bom. Marcos Xucuru pediu a palavra também, com vistas a expressar concordância quanto à proposta de Lydia, por julgar ser pertinente que se inclua na pauta da próxima reunião a questão da violência, principalmente no Nordeste. Destacou também a importância de se reunirem com antecedência às reuniões da Comissão, sugerindo ainda que, como há muitos problemas, deveriam ser apresentadas à Comissão informações sobre a saúde indígena. A propósito da questão da mineração, Saulo Feitosa foi o próximo a fazer uso da palavra, afirmando que a mídia havia pautado para fora os assuntos a serem debatidos pela Comissão. Afirmou ainda que, na Câmara, foi criada comissão específica para discutir o projeto de lei 1910, de maneira que a seu ver a primeira ação da Comissão deveria ser abrir discussão com o presidente da Câmara; reafirmou ainda sua posição de que se deve debater a questão, porém no âmbito da discussão do Estatuto. Sobre a reunião extraordinária, afirmou concordar com a preocupação de Lydia quanto à importância de se discutir a questão da violência, bem como a questão da saúde, tema emergente que deve ser tratado pela Comissão, cuja pauta a seu ver não pode ser restrita. Enfim, afirmou que há vários assuntos sobre os quais devem obter mais informações, não apenas mineração.

Gilberto Azanha perguntou a seguir se estão discutindo a aprovação da reunião extraordinária, se já está aprovada, ou se estão discutindo a pauta. O Presidente esclareceu novamente sua proposta e afirmou que, tendo em vista os encaminhamentos, considera que foi aceita, de forma que agora estão discutindo a pauta. Novamente com a palavra, Gilberto Azanha informou, para o conhecimento dos demais, que **a subcomissão 1 vai realizar sua primeira reunião no dia 20 de junho**. Afirmou ainda estar de acordo com a inclusão na pauta dos temas violência e saúde e que não vê razão de pressa para se tratar da questão da mineração, nesse sentido, informou concordar com a sugestão de Saulo Feitosa quanto a se contatar o presidente da Câmara e se formar comissão mista para



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

discussão das propostas de Estatuto. Ainda quanto aos encaminhamentos, Cláudio Scliar afirmou concordar com a importância de se tratar das demais questões, mas salientou que deve estar presente na pauta da reunião extraordinária ou a questão do Estatuto ou a da mineração, que já esteve em discussão, é um dos temas mais polêmicas do Estatuto, questão que gera muitos problemas, conflitos; Cláudio explicou ainda, quando se referiu às terras indígenas como "terra sem lei", o fez no sentido de que, especificamente quanto à exploração mineral, não há lei regulamentando essa atividade e que é desafio do poder público terem uma legislação específica para isso, conforme prevê a Constituição. A proposta do Ministério do Meio Ambiente prevê a exigência de que sejam feitos laudos geológicos, antropológicos, etc., destacando que o processo de discussão está sendo extremamente sério; que este é um dos temas do Estatuto, e que há pessoas matando e morrendo por causa disso, como se viu no caso dos Cinta-Larga, que gera tristeza por terem tanta riqueza e viverem da forma como vivem.

Tendo considerado suficiente o debate sobre o tema, o Presidente passou aos encaminhamentos, informando inicialmente que a ata será enviada para os membros, devendo passar por aprovação na próxima reunião, e em seguida elencando os temas que farão parte da pauta da reunião extraordinária:

- Estatuto dos Povos Indígenas/mineração
- Violência contra lideranças indígenas
- Saúde Indígena
- Informe sobre o anteprojeto de Lei sobre a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

Com respeito à pauta, Saulo Feitosa sugeriu que Ministério de Minas e Energia prepare para a próxima reunião informe sobre um outro tema que considera da maior importância, que se trata da construção de hidrelétricas em terras indígenas, propondo que Claudio Scliar apresente para a Comissão todos os dados possível para poderem manter discussão específica sobre o assunto, de forma a discutirem a questão dos empreendimentos em terras indígenas de forma mais ampla e não apenas mineração. Tendo em vista dar encaminhamento à proposta, o Presidente questionou se o representante do Ministério de Minas e Energia poderia fazer apresentação no início da reunião extraordinária sobre a questão da mineração e dos empreendimentos em terras indígenas em geral. Questionou ainda se os respectivos membros poderiam preparar informe sobre a questão da violência, sobre saúde indígena e sobre o anteprojeto de lei sobre o Conselho Nacional de Política Indigenista, destacando que caso o tempo não seja suficiente, os assuntos não tratados ficarão para o mês de para agosto. Finalmente, o Presidente informou que estaria sendo distribuída naquele momento cópia do anteprojeto de lei sobre mineração, para estudarem no período que vem a seguir. A fim de oficializar os encaminhamentos propostos, Pierlângela Wapichana solicitou que se procedesse à votação da pauta.

Antes no entanto Kleber Gesteira sugeriu que quem é de governo leve para seus respectivos setores o enfoque, pois, como disse ele, não há como discutir questão de fronteiras sem discutir os temas a ele relativos, como segurança alimentar, sustentabilidade, entre outros, afirmando ser preciso evitar repetir a forma como foi encaminhada a presente reunião. Prosseguindo, o Presidente reiterou a solicitação para que a Funasa faça apresentação sobre a saúde indígena, ao que Marcos Xucuru sugeriu que seja feito um panorama do que tem sido feito na área, seja apresentado o orçamento para saúde indígena e outras informações do gênero. Após serem feitos esclarecimentos sobre as datas e com quantos dias de antecedência devem chegar os membros que moram em outras cidades, a



Ministério da Justiça - MJ  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
**Comissão Nacional de Política Indigenista**  
1ª Reunião Ordinária  
Brasília, 04 e 05 de junho de 2007

fim de participarem da reunião preparatória indígena e da reunião das subcomissões, procedeu-se à votação da **pauta**, que foi **aprovada em sua totalidade**, conforme a seguir:

- 1) Apresentação do Ministério de Minas e Energia sobre mineração e propostas de empreendimentos em terras indígenas;**
- 2) Informe da subcomissão sobre Violência contra lideranças indígenas;**
- 3) Apresentação da Funasa sobre a situação da Saúde Indígena;**
- 4) Informe sobre o anteprojeto de Lei sobre a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista;**
- 5) Discussão sobre Estatuto dos Povos Indígenas/mineração.**

Aprovada a pauta, passou-se à decisão quanto à **data da reunião extraordinária**, definindo-se a data de **10 de julho para os indígenas, 11 de julho para as subcomissões e 12 e 13 para a Comissão Nacional de Política Indigenista**. A seguir se passou à leitura do Regimento Interno, tendo em vista ter sofrido revisão jurídica por parte do Ministério da Justiça, tendo o texto sido aprovado pelo plenário em sua íntegra, conforme anexo. Às 18:30, foi encerrada a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Indigenista, da qual eu, Karla Bento de Carvalho - Assistente Técnico/Funai, lavei a presente ata, que depois de aprovada será assinada por mim e demais presentes à reunião.  
Brasília, 05 de junho de 2007.